



Banco Triângulo S.A.

**Relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras
30 de junho de 2020**



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos acionistas do
Banco Triângulo S.A.
Uberlândia - MG

Introdução

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Triângulo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Triângulo S.A. (“Banco”) em 30 de junho de 2020 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Caros clientes, parceiros e acionistas,

Apresentamos o Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis relativas ao 1º semestre de 2020, do Banco Triângulo S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Pandemia COVID-19

A pandemia de Covid-19 causou uma forte desaceleração da atividade econômica global durante o primeiro semestre de 2020, atingindo vários setores e praticamente todas as regiões do país. Em março de 2020 iniciamos uma jornada de mudanças em nossas operações e mais do que tomar todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, o Tribanco transformou sua forma de relacionamento com os clientes, que durante toda nossa trajetória sempre fora muito presente e relacional, onde o balcão da loja faz parte do nosso dia a dia. Iniciamos uma nova forma de relacionamento priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando os esforços estratégicos em avanços culturais e comportamentais. Para os colaboradores, o Tribanco reforçou seu compromisso com a transformação, atuando no modelo de home office para 100% do efetivo. Ainda, pensando no conforto de seus colaboradores, o Banco enviou Kits com máscaras e álcool em gel, lançou campanha com iniciativas para evitar o contágio, enviamos à casa dos colaboradores cadeiras e computadores do escritório, iniciamos o auxílio internet e aperfeiçoamos a comunicação de liderança com o uso de lives e reuniões virtuais frequentes. A rápida resposta e adaptação do Banco diante de um momento tão sensível, só foi possível devido ao forte processo de transformação e modernização em andamento.

Sistema Martins

Somos parte do Sistema Martins - SIM, conglomerado de empresas financeiras e comerciais, dentre as quais se destacam o Martins S/A, Rede SMART, Tricard, Tripag (Unica) e Tribanco Corretora de Seguros. Nossa missão é oferecer serviços, seguros e soluções financeiras completas para atender à necessidade dos pequenos e médios varejistas brasileiros. Por meio da Tricard oferecemos soluções bancárias, cartões de créditos e private label para consumidores finais e varejistas. A Unica é o negócio de meios de pagamentos (adquirente) do nosso ecossistema, que integra soluções e benefícios financeiros. Com a Tribanco Corretora de Seguros oferecemos soluções em seguros para toda a cadeia do varejo e, no Tribanco, temos o provedor de soluções bancárias para varejistas e indústria.

Como resultado desse trabalho, lançamos a primeira carteira digital destinada a varejistas, a Triconta Martins, uma plataforma que possibilita o acesso de lojistas a um completo leque de soluções, como as ofertas de produtos do atacadista e serviços financeiros, como um cartão múltiplo, uma maquininha de cartões e opções de seguros.

Também lançamos dois super apps que certamente irão marcar a disputa das contas digitais no Brasil. De maneira disruptiva, estamos indo além das nossas fronteiras enquanto instituição financeira para levar um verdadeiro ecossistema digital em que o cliente poderá acessar não apenas os nossos serviços, mas também os de outros segmentos, como telemedicina, consórcios, planos de saúde e odontológicos e entretenimento.

Fechamos o semestre com mais de 859 mil clientes, sendo 828,1 mil pessoas físicas e 31 mil pessoas jurídicas, por meio da diversificação da nossa oferta de produtos e serviços e sem perder de vista os esforços contínuos na melhora da jornada do cliente dentro do Sistema Martins. Na comparação com o mesmo período de 2019, através da Tribanco Seguros, aumentamos em 8,0% a quantidade de apólices ativas. A Tricard registrou o faturamento de R\$ 1,6 bilhões, um aumento de 1,3% no comparativo com

o 1º semestre de 2019. Nos cartões destinados à pessoa jurídica - Cartão Super Empresarial - registramos um aumento de 6,1% no faturamento. Em Adquirência a Unica bateu a marca de R\$ 1,0 bilhão de faturamento com mais de 3 mil lojas ativas, 7 mil credenciadas.

Os ativos totais do Tribanco subiram 18,9% em comparação com dezembro de 2019. O patrimônio líquido registrado foi de R\$ 489,9 milhões. Os Ratings Nacionais de Longo e de Curto Prazos emitidos pela Fitch Ratings obtiveram nota A (bra) e a classificação de risco emitida pela RiskBank foi BRMP1 (-), o que reflete o prudente gerenciamento de risco e a adequada qualidade dos nossos ativos.

O lucro líquido apresentou crescimento de 55% sobre o mesmo período de 2019 gerando R\$ 10,4 milhões, mostrando a solidez da nossa base de clientes e das nossas operações.

Tendo o cliente como eixo central da nossa operação, investimos em tecnologias que nos permitem conhecer ainda mais suas necessidades. Adquirimos empresas dos ramos de customer behavior, inteligência e análise de dados que certamente contribuirão para que sejamos ainda mais assertivos, ágeis, próximos e surpreendentes no nosso relacionamento. A integração de organizações de outros ramos também nos possibilita ampliar o portfólio e qualificar a nossa proposta de valor.

Iniciativas como essas, entre outras, nos colocam de vez na era do open banking, o que nos estimula a sermos ainda mais transparentes e competitivos. A partir de novembro, integraremos o PIX, do Banco Central, para facilitar ainda mais as transações financeiras. Estamos abertos e queremos empoderar nossos clientes para que possam desfrutar dos benefícios que oferecemos da maneira que lhes for mais conveniente – de modo que sejam respeitadas as diretrizes dos órgãos reguladores e as novas regras da Lei Geral de Proteção de Dados.

Todas estas grandes conquistas consolidaram uma fase importante para nós e nossos clientes e nos impulsionam a alcançar marcos ainda maiores em nossa trajetória. Com dinamismo, agilidade e a criatividade de sempre, seguiremos em busca das soluções capazes de proporcionar uma experiência digital com o Tribanco cada vez melhor. Assumimos esse compromisso aqui, pois o futuro é agora.

Gerenciamento de Riscos

Consideramos a gestão de riscos um assunto estratégico e um dos valores fundamentais para nossas tomadas de decisão. Nosso processo de gestão de riscos corporativos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, cibernético e socioambiental conta com a participação de todas as estruturas hierárquicas, ou linhas de defesa, de modo a fortalecer o processo de identificação, classificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos.

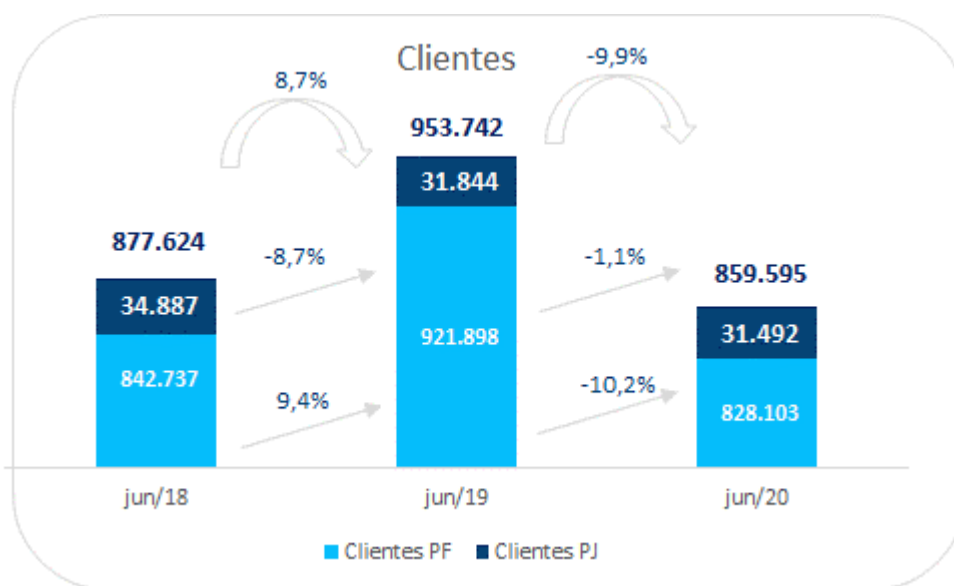
Nossa gestão integrada de riscos é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. As informações relativas ao Gerenciamento de Riscos e ao Gerenciamento de Capital são divulgadas pelo Banco em seu site "O Tribanco - Informações financeiras" no endereço de acesso público: <http://www.tribanco.com.br>

Gerenciamento de Capital

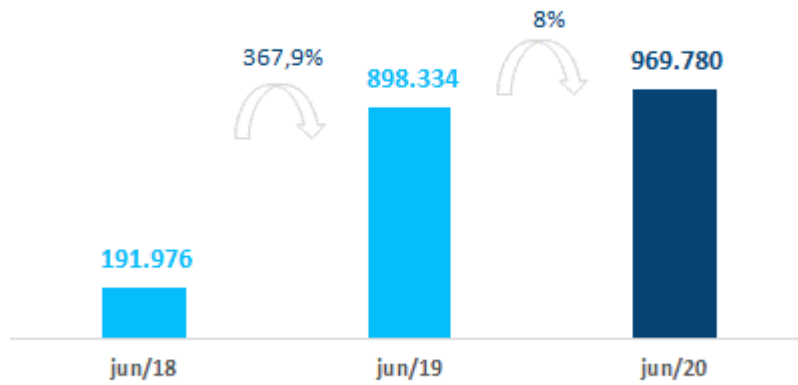
O Conselho de Administração é nosso principal órgão no gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S/A e suas empresas controladas, sendo responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da empresa. Em cumprimento à regulamentação do Banco Central do Brasil prevista na Resolução CMN nº 4.557/17, temos adotado uma política de gerenciamento de Capital constituída de princípios e procedimentos. Aplicamos processos contínuos de monitoramento e controle, visando a assegurar adequação de capital, de forma tempestiva, alinhada às melhores práticas e compatíveis com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a nossos clientes.

Ouvidoria

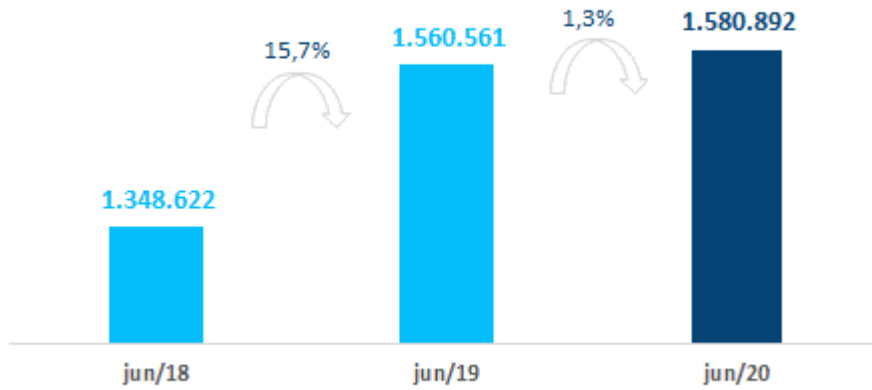
Nossa Ouvidoria encontra-se regularmente constituída de acordo com a Resolução nº 4.433, de 23 de Julho de 2015, do Banco Central do Brasil, prestando atendimento de última instância às demandas de nossos clientes e usuários de produtos e serviços que não tenham sido solucionadas nos canais de atendimento primário. A Ouvidoria funciona como um canal de comunicação entre nós e nossos clientes, especialmente na mediação de conflitos, atuando também nas demandas que são encaminhadas à instituição por meio do Banco Central do Brasil, das plataformas 0800, Consumidor.gov, Reclame Aqui, e-mail's, além dos Procons e demais órgãos públicos e privados de proteção e defesa do consumidor. Em função dos trabalhos desenvolvidos no 1º semestre de 2020, nossa Ouvidoria foi a primeira colocada no Ranking de Qualidade das Ouvidorias do Banco Central, onde são observados os seguintes critérios: Prazo Médio de Respostas, Reclamações sobre a Qualidade da Resposta e Quantidade de Demandas Procedentes, bem como a filiação ao Consumidor.Gov.



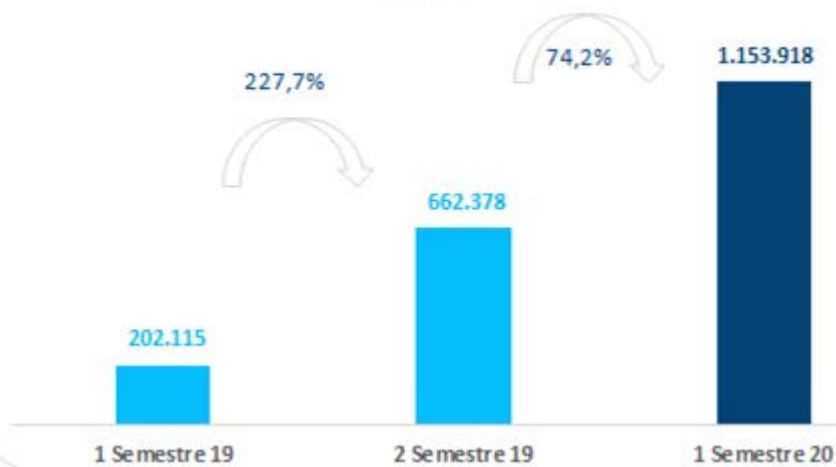
Apólices Ativas



Faturamento Tricard



Faturamento Unica



Banco Triângulo S.A.
Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019 Reapresentado
Circulante		2.502.764	1.961.064
Caixa e equivalentes de caixa	5	907.848	354.501
Instrumentos financeiros		1.298.860	1.359.843
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	11.451	11.256
Títulos e valores mobiliários	7	61.299	75.541
Relações interfinanceiras		58.322	19.982
Carteira de crédito		1.322.800	1.425.449
Operações de crédito	8	914.109	985.081
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8	408.691	440.368
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	9	(155.012)	(172.385)
Outros ativos	11	296.056	246.720
Não circulante		1.146.205	1.107.221
Realizável a longo prazo		764.474	727.882
Instrumentos financeiros		654.477	614.207
Títulos e valores mobiliários	7	68.154	102.429
Carteira de crédito		613.966	538.875
Operações de crédito	8	611.731	536.505
Outros créditos com característica de concessão de crédito	8	2.235	2.370
Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito	9	(27.643)	(27.097)
Outros ativos	11	15.492	15.248
Créditos tributários	10	94.505	98.427
Investimentos		312.147	309.921
Investimentos em participações em coligadas e controladas	12	311.204	309.180
Outras investimentos		943	741
Imobilizado de uso	13	11.767	12.901
Imobilizado em uso		40.877	39.803
(Depreciação acumulada)		(29.110)	(26.902)
Ativos intangíveis		57.817	56.517
Ativos intangíveis	14	113.086	108.162
(Amortização acumulada)		(55.269)	(51.645)
Total do ativo		3.648.969	3.068.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	30/06/2020	31/12/2019 Reapresentado
Circulante		1.241.411	1.157.796
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		867.599	786.011
Depósitos	15	556.734	399.820
Depósitos à vista		372.271	267.649
Depósitos a prazo		152.529	107.992
Outros Depósitos		31.934	24.179
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	82.165	202.411
Relações interfinanceiras	17	182.767	139.180
Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros		4.190	5.933
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	18	41.743	38.667
Outros passivos Financeiros	20	373.812	371.785
Não Circulante		1.917.664	1.451.570
Exigível a longo prazo		1.916.979	1.450.721
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.874.078	1.408.051
Depósitos	15	1.420.478	977.368
Depósitos interfinanceiros		306.233	151.667
Depósitos a prazo		1.114.245	825.701
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	275.461	290.980
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	18	89.831	53.228
Dívidas subordinadas	19	88.308	86.475
Outros passivos Financeiros	20	14.674	16.951
Provisões	21	28.227	25.719
Resultado de Exercícios Futuros		685	849
Patrimônio líquido	23	489.894	458.919
Capital social de domiciliados no País		305.837	285.293
Reservas de capital		3.590	3.590
Reservas de lucros		170.560	170.037
Outros resultados abrangentes		(23)	(1)
Lucros Acumulados		9.930	-
Total do passivo e patrimônio líquido		3.648.969	3.068.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u> Reapresentado
Operações de crédito	25	217.348	235.521
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	26	11.855	20.532
Resultado de operações de câmbio		243	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		455	127
Receitas de intermediação financeira		229.901	256.180
Operações de captações no mercado	27	(34.373)	(52.927)
Operações de empréstimos e repasses		(3.720)	(5.481)
Despesas da intermediação financeira		(38.093)	(58.408)
Resultado de intermediação		191.808	197.772
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(97.788)	(102.039)
Resultado de provisões para perda		(97.788)	(102.039)
Receitas de prestação de serviços	28	31.201	18.142
Rendas de tarifas bancárias	29	56.018	61.976
Despesas de pessoal	30	(64.265)	(68.029)
Outras despesas administrativas	31	(90.138)	(87.523)
Despesas tributárias	32	(15.733)	(15.960)
Resultado de participações em controladas	12	2.029	472
Outras receitas operacionais	33 a.	25.170	21.478
Outras despesas operacionais	33 b.	(19.464)	(17.123)
Receitas e despesas operacionais		(75.182)	(86.567)
Resultado operacional		18.838	9.166
Outras receitas		2.012	714
Outras despesas		(2.109)	(3.592)
Outras receitas e despesas		(97)	(2.878)
Resultado antes dos tributos	22	18.741	6.288
Provisão para imposto de renda		(3.214)	51
Provisão para contribuição social		(2.449)	19
Ativo fiscal diferido		1.748	5.766
Participações sobre o lucro		(4.373)	(5.376)
Tributos e participações sobre o lucro		(8.288)	460
Resultado líquido do período		10.453	6.748
Lucro líquido por ação - R\$		0,044172	0,030026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Capital a Realizar	Reservas de capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Expansão	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 como previamente divulgado	285.293	-	-	3.590	42.029	139.695	(1)	-	470.606
Impacto da retificação de erros	-	-	-	-	(41)	(778)	-	-	(819)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 reapresentado	285.293	-	-	3.590	41.988	138.917	(1)	-	469.787
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Juros sobre capital próprio R\$ 0,0684487 por ação	-	-	-	-	-	(15.383)	-	-	(15.383)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	6.748	6.748
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	-	337	-	-	(337)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	285.293	-	-	3.590	42.325	123.534	(2)	6.411	461.151
Saldos em 31 de dezembro de 2019	285.293	-	-	3.590	42.886	127.151	(1)	-	458.919
Ajuste de avaliação patrimonial títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)
Ajuste de avaliação patrimonial títulos empresa coligada	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Aumento de capital (*)	-	24.508	(3.964)	-	-	-	-	-	20.544
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	10.453	10.453
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	-	523	-	-	(523)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	285.293	24.508	(3.964)	3.590	43.409	127.151	(23)	9.930	489.894

(*) Em processo de aprovação pelo BACEN.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Resultado antes dos tributos	<u>18.741</u>	<u>6.288</u>
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	6.073	6.018
Provisão / Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	1.753	1.162
Provisão / Reversão para bens não de uso próprio	39	2.266
Resultado de participação em controladas	(2.029)	(472)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.788	102.039
Resultado captação de obrigações de dívidas subordinadas	1.833	3.002
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	<u>124.198</u>	<u>120.303</u>
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(196)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras (Ativo/Passivo)	5.247	(4.396)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(118.869)	(150.337)
(Aumento) Redução em outros créditos	(17.318)	(10.206)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.252	1.200
Aumento (Redução) em depósitos	600.024	(116.529)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(135.765)	146.471
Aumento (Redução) em relações interdependências	(1.743)	(700)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	39.679	(17.474)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(2.175)	51.512
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(164)	(189)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.426)	(7.348)
	<u>366.546</u>	<u>(107.996)</u>
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	<u>490.744</u>	<u>12.307</u>
Fluxos de caixas das atividades de investimento:		
Baixa intangível	71	1.107
Baixa imobilizado de uso	13	2
Aquisição de imobilizado de uso	(1.328)	(1.808)
Aplicações no intangível	(4.995)	(8.074)
Aplicações em investimentos	(203)	(214)
Ajuste de avaliação patrimonial TVM controladas	5	-
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e Instrumentos Financeiros Derivativos	(27.566)	(75.370)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	76.062	42.799
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	<u>42.059</u>	<u>(41.558)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Juros sobre o capital próprio	-	(15.383)
Aumento de capital	20.544	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>20.544</u>	<u>(15.383)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>553.347</u>	<u>(44.634)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>354.501</u>	<u>537.906</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>907.848</u>	<u>493.272</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Resultado líquido do período	10.453	6.748
Outros resultados abrangentes do período	(23)	(1)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(23)	(1)
Total de resultados abrangentes do período	<u>10.430</u>	<u>6.747</u>
Atribuição do resultado abrangente		
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	(23)	(1)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e controladas em conjunto	(5)	-
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(18)	(1)
Total do resultado abrangente do período	<u>10.430</u>	<u>6.747</u>

Banco Triângulo S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020 e de 2019 e 31 de dezembro de 2019

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30/06/2020 e 31/12/2019 para contas patrimoniais
De 01/01 a 30/06 de 2020 e 2019 para contas de resultados

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. ("Banco"), com sede na cidade de Uberlândia - MG, à Avenida Cesário Alvim, 2209 é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de forma explícita e sem reservas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Triângulo S.A. em 19 de agosto de 2020.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09. Esta Resolução foi revogada, pela Resolução nº 4.636, cuja vigência se aplica a partir de 31 de dezembro de 2018.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 – Resultado por Ação – homologado pela Circular Bacen nº 3.959/19.
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução nº 4.748/19.

A partir de 01 de janeiro de 2020 as alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.720/19 e pela Circular BACEN nº 3.959/19, que estabelece os critérios gerais para elaboração e divulgação, foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

No Balanço Patrimonial os ativos e passivos foram apresentados em ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, bem como foram adotados as nomenclaturas e grupamentos contábeis citados na referida circular.

Na Demonstração de Resultados as principais receitas e despesas de intermediação financeira foram segregadas e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito estão apresentadas após o resultado de intermediação. O Resultado Não Operacional passou a ser apresentado como Outras Receitas e Outras Despesas.

As demonstrações financeiras estão acompanhadas de notas explicativas e de forma completa.

A partir desta data-base o banco passou a divulgar a Demonstração do Resultado Abrangente.

Segue abaixo as principais alterações implementadas no balanço e a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores:

Classificação Cosif	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2020	Nova Classificação
Disponibilidades	1.007	1.007	Caixa e Equivalentes de Caixa
Aplicações no mercado aberto	353.494	353.494	Caixa e Equivalentes de Caixa
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.256	11.256	Instrumentos financeiros
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	177.970	177.970	Instrumentos financeiros
Relações Interfinanceiras	19.982	19.982	Instrumentos financeiros
Operações de Crédito	1.521.586	1.521.586	Instrumentos financeiros
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(193.509)	(193.509)	Instrumentos financeiros
Diversos	747.900	442.738	Instrumentos financeiros
		206.735	Outros Ativos
		98.427	Créditos Tributários
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.973)	(5.973)	Instrumentos financeiros
Outros Valores e Bens	55.233	55.233	Outros Ativos
Investimentos	309.921	309.921	Investimentos
Imobilizado de Uso	12.901	12.901	Imobilizado de Uso
Ativos Intangíveis	56.517	56.517	Ativos Intangíveis
Depósitos	1.377.188	1.377.188	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Recursos de aceites e emissão de títulos	493.391	493.391	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Relações interfinanceiras	66	139.180	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Relações interdependências	5.933	5.933	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	91.895	91.895	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
Outras obrigações	640.044	86.475	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros
		388.736	Outros Passivos Financeiros
		25.719	Provisões
Resultados de exercícios futuros	849	849	Resultados de exercícios futuros
Capital social - De domiciliados no País	285.293	285.293	Capital social - De domiciliados no País
Reservas de capital	3.590	3.590	Reservas de capital
Reservas de lucros	170.037	170.037	Reservas de lucros
Ajustes de avaliação patrimonial	(1)	(1)	Outros Resultados Abrangentes

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações financeiras

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, "Ajuste ao valor de mercado - TVM ", líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do período mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela

variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº. 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, como a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um upgrade de nível de rating.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por

redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e

- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%.

Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2020 – conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 publicada dia 13 de novembro de 2019 e em consonância com a Circular nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002 emitida pelo BACEN – os créditos tributários referentes a Contribuição Social estão constituídos à alíquota de 20% (vinte pontos percentuais).

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

q. Benefícios a empregados

- (i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4 Retificação de erros

Durante o 1º semestre de 2020 o Banco identificou que estavam sendo gerados erroneamente encargos em operações de adiantamento a depositantes nas suas demonstrações financeiras e em exercícios anteriores.

Consequentemente o ativo e a receita de operações de crédito foram divulgados a maior.

Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

As tabelas que seguem resumem os impactos nas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas.

Balço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 - Em milhares de Reais	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do Ativo	3.072.009	(3.724)	3.068.285
Operações de crédito - Circulante	991.440	(6.359)	985.081
Outros ativos	244.085	2.635	246.720
Patrimônio Líquido	462.643	(3.724)	459.919
Reservas de lucros (*)	173.761	(3.724)	170.037
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.072.009	(3.724)	3.068.285
Demonstração de Resultados Em 30 de junho de 2019 – Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Operações de crédito	237.087	(1.566)	235.521
Desejas Tributárias	(16.033)	73	(15.960)
Resultado antes dos tributos	7.781	(1.493)	6.288
Provisão para imposto de renda	(322)	373	51
Provisão para contribuição social	(205)	224	19
Ativo fiscal diferido	5.804	(38)	5.766
Resultado Líquido do período	7.682	(934)	6.748
Total do Resultado abrangente	7.681	(934)	6.747

(*) Composto por R\$ (819) mil de exercícios anteriores a 2019 vide DMPL "Impacto da retificação de erros", R\$ (934) referente ao 1º semestre de 2019 e R\$ (1.971) devido ao 2º semestre de 2019.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	349	1.007
Aplicações em operações compromissadas	907.499	353.494
Total	907.848	354.501

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos interfinanceiros – CDI	11.451	11.256
Total	11.451	11.256

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

- a. A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2020	31/12/2019
Carteira própria – LFT	95.631	144.729
Vinculados à prestação de garantias – LFT	33.822	33.241
Total	129.453	177.970

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponível para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- b. Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria – LFT	95.653	95.631	144.731	144.729
Vinculados à prestação de Garantias – LFT	33.827	33.822	33.241	33.241
Total	129.480	129.453	177.972	177.970

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

- c. Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Títulos disponíveis para a venda:						
LFT	61.299	68.154	129.453	75.541	102.429	177.970
Total	61.299	68.154	129.453	75.541	102.429	177.970

8 Carteira de crédito

As informações da carteira, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	1.060.667	1.072.832
Cartões de crédito	218.459	223.484
FINAME / BNDES	131.244	91.536
Compror	47.841	48.356
Títulos descontados	41.514	42.570
Financiamentos à exportação	16.192	23.613
Demais direitos creditórios	4.891	13.904
Adiantamentos a depositantes	437	981
Crédito Pessoal	4.595	4.310
Subtotal - operações de crédito	1.525.840	1.521.586
Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	407.802	439.487
Outros créditos (i)	3.124	3.251
Total	1.936.766	1.964.324

(i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação, registrado na rubrica de outros créditos.

b. Composição da carteira por vencimento

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	12.466	14.499
Entre 15 e 30 dias	8.393	11.473
Entre 31 e 60 dias	11.102	16.228
Entre 61 e 90 dias	18.411	16.532
Entre 91 e 180 dias	51.174	49.684
Entre 181 e 360 dias	73.095	96.253
	174.641	204.669
Parcelas a vencer:		
Até 30 dias	376.336	394.898
Entre 31 e 60 dias	176.142	173.634
Entre 61 e 90 dias	105.756	111.589
Entre 91 e 180 dias	198.027	229.698
Entre 181 e 360 dias	291.898	310.961
Acima de 360 dias	613.966	538.875
	1.762.125	1.759.655
Total	1.936.766	1.964.324

c. Composição da carteira por setor de atividade

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Comércio	1.293.862	1.296.435
Pessoa Física	495.968	529.313
Alimentos e Bebidas	21.492	23.332
Químico e petroquímico	24.912	23.292
Serviços Privados	30.491	22.250
Construção e Imobiliário	8.132	10.126
Transportes	9.506	9.612
Financeiro	2.306	7.494
Papel e Celulose	4.518	6.902
Automotivo	4.697	5.185
Educação, Saúde e Assemelhados	856	984
Agropecuário	239	854
Telecomunicações	966	744
Têxtil e Confeções	536	628
Madeira e Móveis	357	610
Máquinas e Equipamentos	2.987	363
Siderurgia e Metalurgia	796	242
Eletroeletrônicos	11.549	25
Outros	22.596	25.933
Total	<u>1.936.766</u>	<u>1.964.324</u>

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Total geral da carteira – 2020							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	409.125	-	409.125	-	1.955	1.955
A	De 0,50 a 0,99	894.670	-	894.670	4.470	4.605	9.075
B	De 1,00 a 2,99	176.042	6.911	182.953	1.830	1.784	3.614
C	De 3,00 a 9,99	205.828	9.047	214.875	6.446	6.128	12.574
D	De 10,00 a 29,99	26.602	16.693	43.295	4.329	143	4.472
E	De 30,00 a 49,99	14.434	16.687	31.121	9.336	-	9.336
F	De 50,00 a 69,99	7.593	16.397	23.990	11.995	-	11.995
G	De 70,00 a 99,99	8.790	14.887	23.677	16.574	-	16.574
H	100,00	31.507	81.553	113.060	113.060	-	113.060
Total		1.774.591	162.175	1.936.766	168.040	14.615	182.655

Carteira de Cartões de Crédito – 2020							
Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	16.180	-	16.180	-	79	79
A	De 0,50 a 0,99	401.979	-	401.979	2.010	71	2.081
B	De 1,00 a 2,99	23.434	6.779	30.213	303	147	450
C	De 3,00 a 9,99	21.754	8.417	30.171	905	568	1.473
D	De 10,00 a 29,99	4.973	15.386	20.359	2.035	12	2.047
E	De 30,00 a 49,99	3.534	15.672	19.206	5.761	-	5.761
F	De 50,00 a 69,99	1.832	15.329	17.131	8.565	-	8.565
G	De 70,00 a 99,99	1.217	13.260	14.477	10.134	-	10.134
H	100,00	8.914	67.631	76.545	76.545	-	76.545
Total		483.817	142.474	626.261	106.258	877	107.135

Demais Operações – 2020

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	392.945	-	392.945	-	1.876	1.876
A	De 0,50 a 0,99	492.691	-	492.691	2.460	4.534	6.994
B	De 1,00 a 2,99	152.608	132	152.740	1.527	1.637	3.164
C	De 3,00 a 9,99	184.074	630	184.704	5.541	5.560	11.101
D	De 10,00 a 29,99	21.629	1.307	22.936	2.294	131	2.425
E	De 30,00 a 49,99	10.900	1.015	11.915	3.575	-	3.575
F	De 50,00 a 69,99	5.761	1.068	6.859	3.430	-	3.430
G	De 70,00 a 99,99	7.573	1.627	9.200	6.440	-	6.440
H	100,00	22.593	13.922	36.515	36.515	-	36.515
Total		1.290.774	19.701	1.310.505	61.782	13.738	75.520

Total geral da carteira – 31/12/2019

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	412.808	-	412.808	-	1.932	1.932
A	De 0,50 a 0,99	893.290	-	893.290	4.468	585	5.053
B	De 1,00 a 2,99	164.523	8.903	173.426	1.743	1.116	2.859
C	De 3,00 a 9,99	231.971	13.769	245.740	7.527	6.007	13.534
D	De 10,00 a 29,99	22.336	13.854	36.190	3.619	94	3.713
E	De 30,00 a 49,99	7.235	14.445	21.680	6.504	-	6.504
F	De 50,00 a 69,99	3.528	14.566	18.094	9.047	-	9.047
G	De 70,00 a 99,99	5.581	15.271	20.852	14.596	-	14.596
H	100,00	32.882	109.362	142.244	142.244	-	142.244
Total		1.774.154	190.170	1.964.324	189.748	9.734	199.482

Carteira de Cartões de Crédito – 31/12/2019

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	16.704	-	16.704	-	81	81
A	De 0,50 a 0,99	430.171	-	430.171	2.151	67	2.218
B	De 1,00 a 2,99	23.671	8.530	32.201	322	135	457
C	De 3,00 a 9,99	23.753	12.561	36.314	1.089	609	1.698
D	De 10,00 a 29,99	1.533	13.194	14.727	1.473	9	1.482
E	De 30,00 a 49,99	223	13.529	13.752	4.125	-	4.125
F	De 50,00 a 69,99	234	13.500	13.734	6.867	-	6.867
G	De 70,00 a 99,99	252	13.772	14.024	9.816	-	9.816
H	100,00	1.216	90.128	91.344	91.344	-	91.344
Total		497.757	165.214	662.971	117.187	901	118.088

Demais Operações – 31/12/2019

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	396.104	-	396.104	-	1.851	1.851
A	De 0,50 a 0,99	463.119	-	463.119	2.317	518	2.835
B	De 1,00 a 2,99	140.852	373	141.225	1.421	981	2.402
C	De 3,00 a 9,99	208.218	1.208	209.426	6.438	5.398	11.836
D	De 10,00 a 29,99	20.803	660	21.463	2.146	85	2.231
E	De 30,00 a 49,99	7.012	916	7.928	2.379	-	2.379
F	De 50,00 a 69,99	3.294	1.066	4.360	2.180	-	2.180
G	De 70,00 a 99,99	5.329	1.499	6.828	4.780	-	4.780
H	100,00	31.666	19.234	50.900	50.900	-	50.900
Total		1.276.397	24.956	1.301.353	72.561	8.833	81.394

- (i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.
- (ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito.

Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o *score* da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

Diante da incerteza causada pelo atual cenário de pandemia, bem como a expectativa de deterioração do cenário econômico com o conseqüente aumento da inadimplência, o Banco decidiu reforçar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$5.058, em 30 de junho de 2020.

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	30/06/2020		31/12/2019	
Principal devedor	12.940	1%	15.827	1%
10 maiores devedores	107.006	6%	106.808	5%
20 maiores devedores	129.092	7%	123.923	6%
50 maiores devedores	175.650	9%	165.194	8%
100 maiores devedores	197.578	10%	175.876	9%
500 maiores devedores	332.232	17%	300.823	15%
Demais clientes	982.268	50%	1.075.873	56%
Total	1.936.766		1.964.324	

f. Cessões de crédito

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/08, estabeleceu procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

No 1º semestre de 2020, o Banco realizou cessão de crédito junto a terceiros, no montante de R\$ 145.495, gerando um resultado de R\$ 455 e No 1º semestre de 2019, o montante cedido totalizou R\$ 73.115, obtendo o resultado de R\$ 127.

Estas cessões de carteira foram classificadas na categoria como sem retenção substancial de riscos e benefícios, nas quais o Banco não está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional.

De acordo com a regra em vigor e a classificação de categoria destas cessões, estes montantes foram reconhecidos no resultado do período.

9 Provisão para perdas estimadas associadas a concessão de crédito

a. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/06/2019</u>
Operações de crédito e outros créditos:			
Saldos no início do período	(199.482)	(162.591)	(154.023)
(Provisão)	(135.114)	(125.702)	(102.039)
Reversão	37.326	125	-
Baixa de créditos para prejuízo	114.615	88.686	93.471
Saldos no final do período	(182.655)	(199.482)	(162.591)

No 1º semestre de 2020 houve recuperação de créditos baixados como prejuízo nos montante de R\$ 19.876 e no 1º semestre de 2019 o montante foi de R\$ 8.785.

No 1º semestre de 2020 houve operações renegociadas no montante R\$ R\$ 48.072 (R\$ 17.494 no 1º semestre de 2019).

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cartões de crédito	102.673	113.407
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	68.689	73.565
Cartões de crédito - Compras a faturar	4.460	4.680
Compror	1.677	1.833
FINAME / BNDES	1.602	1.639
Crédito Pessoal	1.085	1.171
Adiantamentos a depositantes	290	909
Títulos descontados	541	830
Financiamentos à exportação	103	145
Demais direitos creditórios	11	10
Outros créditos	1.524	1.293
Total	182.655	199.482

10 Créditos Tributários

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários.

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, estando assim compostos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.162	43.607
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	7.015	5.514
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	5	1
Sobre diferenças temporárias - outros	3.321	5.560
Total sobre diferenças temporárias – Imposto de Renda	52.503	54.682
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.730	34.886
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	5.611	4.411
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	4	1
Sobre diferenças temporárias - outros	2.657	4.447
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	42.002	43.745
Total classificado em outros créditos	<u>94.505</u>	<u>98.427</u>

- (b) A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte, considerando 2020 (janeiro a junho) e 2019 (julho a dezembro):

	30/06/2020			31/12/2019		
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	54.682	43.745	98.427	39.290	23.574	62.864
Constituição	30.387	24.309	54.696	67.437	51.398	118.835
Realização	(32.566)	(26.052)	(58.618)	(52.045)	(31.227)	(83.272)
Saldo final	52.503	42.002	94.505	54.682	43.745	98.427

(c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019:

	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	30/06/2020	31/12/2019
2020	13.021	25.991
2021	27.957	54.269
2022	39.916	11.816
2023	8.698	1.727
2024	4.913	4.624
Total	94.505	98.427

Em 30 de junho de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 90.971 (R\$ 91.650 em 31 de dezembro de 2019).

Observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 58.618 (R\$ 40.773 em 30 de junho de 2019), correspondente a 157% (200% em 30 de junho de 2019) da respectiva projeção de utilização para o período de 2020, que constava no estudo técnico elaborado em 30 de junho de 2019.

11 Outros ativos

a) Outros créditos

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber junto a bandeiras e lojistas de cartões	158.984	108.196
Impostos e contribuições a compensar	48.037	44.340
Devedores por depósitos em garantia (a)	15.492	15.248
Valores a receber sociedades ligadas (nota 24)	4.731	2.583
Seguros a receber	1.461	1.519
Correspondente bancário	5.633	9.313
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	856	782
Valores a receber concessionárias	336	578
Adiantamentos salariais	2.530	457
Devedores diversos - País (b)	<u>19.546</u>	<u>23.719</u>
Total	<u>257.606</u>	<u>206.735</u>

- (a) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS, no montante de R\$ 7.226 (R\$ 7.067 em 31 de dezembro de 2019), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 1.919 (R\$ 1.935 em 31 de dezembro de 2019), e outros depósitos referentes à FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 2.771 (R\$ 3.344 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Referem-se, substancialmente, a valores a receber em D+1 pelo serviço de coleta de numerário e liquidações de operações de crédito a resgatar junto a correspondentes.

b) Bens não de uso próprio

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imóveis	60.636	63.088
Provisão para desvalorização	<u>(10.738)</u>	<u>(10.698)</u>
Total	<u>49.898</u>	<u>52.390</u>

c) Despesas antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e outras despesas administrativas pagas antecipadamente e amortizadas linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 4.044 (R\$ 2.843 em Dezembro de 2019).

12 Participações em controladas - no país

Referem-se às participações das controladas Triângulo Participações e Serviços Ltda - TPS, Tribanco Corretora de Seguros S.A, Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda, Tripag Meios de Pagamentos Ltda. e Sim Serviços de TI e Intermediação Ltda.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

Empresas Controladas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência		Dividendos a acionistas minoritários
				30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2019
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	15.000	17.480	100%	17.480	16.704	776	985	(843)
Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.	130.519	206.352	100%	206.352	201.063	5.294	6.755	-
Tribanco Corretora de Seguros S/A	3.000	17.400	100%	17.400	13.155	4.245	2.926	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	100.000	60.845	100%	60.845	69.904	(9.059)	(9.351)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	100	9.127	100%	9.127	8.354	773	-	-
Total				311.204	309.180	2.029	1.315	(843)

Com base na Resolução nº 2.723/00, art. 8º, § 3º com a redação dada pelo artigo 1º da Resolução 4.062/12, em 30 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil deferiu autorização para participação em 99,998% das quotas da empresa Sim Serviços de TI e Intermediação Ltda.

Em 01 de agosto de 2019 o Banco adquiriu as cotas da empresa Sim Serviços de TI e Intermediação Ltda.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do dia 26 de março de 2020 foi deliberada e autorizada a incorporação da empresa Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda pela Tricard Meios de Pagamentos Ltda.

A partir de 31 de julho de 2020 serão aplicados os ajustes patrimoniais inerentes ao processo de incorporação.

13 Imobilizado de uso

Imobilizado de uso	Imobilizações em curso	Imóveis de uso		Outras imobilizações de uso				Total
		Terrenos	Edificações	Instalações	Móveis e equipamentos	Sistema de Processamento de dados	Outros (*)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	7-25%	17-40%	8-25%	
Custo								
Saldo em 31/12/2019	21	116	5.440	4.648	5.250	21.384	2.944	39.803
Aquisições	591	-	-	4	384	235	114	1.328
Baixas	(3)	-	-	(13)	(33)	(205)	-	(254)
Saldo em 30/06/2020	609	116	5.440	4.639	5.601	21.414	3.058	40.877
Depreciação								
Saldo em 31/12/2019	-	-	(4.416)	(2.548)	(3.272)	(14.585)	(2.081)	(26.902)
Despesa	-	-	(110)	(227)	(203)	(1.751)	(158)	(2.449)
Baixas	-	-	-	11	26	204	-	241
Saldo em 30/06/2020	-	-	(4.526)	(2.764)	(3.449)	(16.132)	(2.239)	(29.110)
Valor contábil								
Saldo em 31/12/2019	<u>21</u>	<u>116</u>	<u>1.024</u>	<u>2.100</u>	<u>1.978</u>	<u>6.799</u>	<u>863</u>	<u>12.901</u>
Saldo em 30/06/2020	<u>609</u>	<u>116</u>	<u>914</u>	<u>1.875</u>	<u>2.152</u>	<u>5.282</u>	<u>819</u>	<u>11.767</u>

(*) comunicação, segurança e transporte

14 Intangível

	Software em curso	Software	Total
Taxas Anuais de Amortização		20%	
Custo			
Saldo em 31/12/2019	34.730	73.432	108.162
Aquisições	4.484	511	4.995
Baixas	(71)	-	(71)
Transferências	(1.828)	1.828	-
Saldo em 30/06/2020	37.315	75.771	113.086
Amortização			
Saldo em 31/12/2019	-	(51.645)	(51.645)
Despesa	-	(3.624)	(3.624)
Saldo em 30/06/2020	-	(55.269)	(55.269)
Valor contábil			
Saldo em 31/12/2019	34.730	21.787	56.517
Saldo em 30/06/2020	37.315	20.502	57.817

Passivos Financeiros

15. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, está representada a seguir:

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações financeiras

Prazos	30/06/2020				Total
	Depósitos a vista	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Outros Depósitos (i)	
Sem vencimento	372.271	-	-	31.934	404.205
Até 30 dias	-	-	7.594	-	7.594
De 31 a 60 dias	-	-	5.754	-	5.754
De 61 a 90 dias	-	-	8.611	-	8.611
De 91 a 180 dias	-	-	57.518	-	57.518
De 181 a 360 dias	-	-	73.052	-	73.052
Acima de 360 dias	-	306.233	1.114.245	-	1.420.478
Total	372.271	306.233	1.266.774	31.934	1.977.212

Prazos	31/12/2019				Total
	Depósitos a vista	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Outros Depósitos (i)	
Sem vencimento	267.649	-	-	24.179	291.828
Até 30 dias	-	-	5.890	-	5.890
De 31 a 60 dias	-	-	6.315	-	6.315
De 61 a 90 dias	-	-	8.967	-	8.967
De 91 a 180 dias	-	-	10.369	-	10.369
De 181 a 360 dias	-	-	76.451	-	76.451
Acima de 360 dias	-	151.667	825.701	-	977.368
Total	267.649	151.667	933.693	24.179	1.377.188

(i) Refere-se a saldos em moeda eletrônica, mantidos em contas de pagamento pré pagas.

16. Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2020	31/12/2019
Recursos de Letras de Créditos Imobiliários	61.064	44.172
Recursos de Letras Financeiras	296.562	449.219
Total	357.626	493.391

17. Relações interfinanceiras

Refere-se principalmente a valores a pagar aos participantes de arranjos de pagamentos.

18. Obrigações por repasses no país

No país

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 131.574 (R\$ 91.895 em 31 de Dezembro de 2019).

Em consonância a Lei nº 13.483/17, gradualmente a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para novos contratos junto ao BNDES será substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP).

19. Dívidas subordinadas

Título	Vr. Emitido	Emissão	Vencimento	Remuneração	30/06/2020	31/12/2019
Letras Financeiras	80.000	20/11/2018	20/11/2026	120 % do Cdi	88.308	86.475

Em dezembro de 2018 o Banco Central do Brasil autorizou a utilização de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, na composição do Nível II do Patrimônio de Referência (PR), nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013.

20. Outros passivos financeiros

a. Sociais e estatutárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos e bonificações a pagar (*)	-	21.135
Participações estatutárias nos lucros	1.948	1.173
Total	<u>1.948</u>	<u>22.308</u>
Circulante	1.878	21.203
Não circulante	70	1.105

(*) Para o ano de 2020 a Resolução 4.820/20 do CMN vedou as instituições remunerar o capital próprio dos acionistas inclusive em forma de antecipação, acima do mínimo previsto no estatuto da companhia. Com vigência até 31 de dezembro de 2020.

b. Fiscais e previdenciárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos e contribuições a recolher (i)	39.798	33.441
Total	<u>39.798</u>	<u>33.441</u>
Circulante	25.194	17.595
Não circulante	14.604	15.846

(i) Referem-se basicamente à tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 11.511 (R\$ 7.489 em 31 de dezembro de 2019), tributos sobre faturamento (ISS, Pis e Cofins) no montante de R\$ 8.925 (R\$ 2.553 em 31 de dezembro de 2019) e a adesão ao parcelamento de tributos no montante de R\$ 17.088 (R\$ 18.329 em 31 de dezembro de 2019).

c. Diversas

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cobrança de arrecadação de tributos e assemelhados	1	809
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	312.703	292.681
Provisões para outras despesas administrativas	9.669	15.683
Provisão para despesas com pessoal	8.375	8.195
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 24)	4.858	5.685
Outras obrigações	11.134	9.934
Total	<u>346.740</u>	<u>332.987</u>

21 Provisões

O Banco é parte de vários processos judiciais conforme demonstrado abaixo:

a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações legais	12.905	11.945
Contingências trabalhistas	10.695	8.824
Contingências cíveis	<u>4.627</u>	<u>4.950</u>
Total	<u>28.227</u>	<u>25.719</u>

b. Movimentação das provisões passivas

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u> (i)
Saldo em 31/12/2019	11.945	8.824	4.950	25.719
Entradas	710	-	45	755
Constituição (nota 33 b)	250	2.302	1.461	4.013
Reversão (nota 33 a)	-	-	(201)	(201)
Reversão por pagamento (nota 33 a)	-	(431)	(1.628)	(2.059)
Saldo em 30/06/2020	<u>12.905</u>	<u>10.695</u>	<u>4.627</u>	<u>28.227</u>

- (i) O cronograma esperado de desembolso para as provisões está previsto em até 05 anos.

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas

- (i) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias

- (i) PIS: Emenda Constitucional nº 10/96;

- (ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo;

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como **possível**, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

- (i) **PIS:** Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718/98. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005. Contudo, contrariando a referida decisão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia – MG não homologou as compensações e autuou a empresa. As cobranças são objeto de discussões administrativas e judiciais;
- (ii) **CSLL:** discussões administrativas e judiciais quanto ao enquadramento de empresa não financeira como administradora de cartão.
- (iii) **ISS/Multas Municipais:** Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências tributárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 63.511 (R\$ 57.209 em 31 de dezembro de 2019).

Trabalhista

O Banco é parte passiva em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados).

Os processos contêm vários pedidos reclamados, tais como, mas não se limitando a:

- (i) indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Os saldos das contingências trabalhistas de risco classificado como possível estão estimados em R\$ 14.020 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2019), considerando o comportamento histórico destas demandas.

22 Imposto de renda e contribuição social

- a. Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, estão assim demonstrados:

	30/06/2020		30/06/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	18.741	18.741	6.288	6.288
Participações estatutárias no lucro	(4.373)	(4.373)	(5.376)	(5.376)
Resultado antes dos tributos	14.368	14.368	912	912
(+) Adições	131.275	130.832	127.116	126.983
Adições Temporárias	121.546	121.546	116.445	116.445
Despesa de Equivalência Patrimonial	9.059	9.059	10.194	10.194
Adições Permanentes	670	227	477	344
(-) Exclusões	141.367	141.367	128.150	128.017
Realizações Temporárias	130.279	130.279	101.934	101.934
Receita de Equivalência Patrimonial	11.088	11.088	10.666	10.666
Juros sobre capital próprio (*)	-	-	15.383	15.383
Exclusões Permanente	-	-	167	34
(=) Lucro Real / Base positiva IRPJ e CSLL	4.276	3.833	(122)	(122)
Despesa Corrente e Diferida de IRPJ e CSLL	(3.214)	(2.449)	51	19
Ativo Fiscal Diferido	971	777	3.604	2.162
(=) IRPJ e CSLL Debitado ao Resultado	(2.243)	(1.672)	3.655	2.181

(*) Em atendimento a Resolução nº 4.706 de 19 de dezembro de 2018 e Carta-Circular nº 3.935 de 25 de fevereiro de 2019 emitidos pelo BACEN, os Juros sobre Capital Próprio foram readequados na demonstração da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de Junho de 2020, o capital social subscrito, é de R\$ 309.801, constituído por 236.642.927 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal (224.737.712 em 31 de dezembro de 2019).

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2020 foi deliberado aumento de capital, no montante de R\$24.508, mediante emissão de 11.905.215 (onze milhões, novecentos e cinco mil, duzentas e quinze) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 2,05859, (Em processo de aprovação pelo BACEN).

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293, constituído por 224.737.712 ações nominativas ordinárias, sem valor nominal.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$ 15.383 em 30 de junho de 2019 a partir de Reserva estatutária.

Para o ano de 2020 a Resolução 4.820/20 do CMN vedou as instituições remunerar o capital próprio dos acionistas inclusive em forma de antecipação, acima do mínimo previsto no estatuto da companhia. Com vigência até 31 de dezembro de 2020.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

24 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 4.636/18 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguintes:

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações financeiras

30/06/2020

Natureza de Relacionamento	Ativo		Passivo		Receitas		(Despesas)	
	Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Outras Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas								
Relacionada	-	-	2.014	-	-	-	(42)	-
Subtotal	-	-	2.014	-	-	-	(42)	-
Administradores e Conselho								
Relacionada	-	-	135.259	-	-	-	(2.340)	-
Subtotal	-	-	135.259	-	-	-	(2.340)	-
Empresas								
Almart Administração e Particip. S.A.	-	-	918	-	-	-	(15)	-
Martins Agropecuária	-	-	6.421	-	-	-	(102)	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	76	2.777	259.481	127	840	27	(2.292)	(388)
Martins Integração Logística Ltda.	-	.	1.673	-	-	-	(69)	-
Martins Participações Ltda.	-	-	8.899	-	-	-	(173)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda	43	.	10.793	-	-	255	(224)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	-	.	17.279	-	-	-	(314)	-
Tricard Serviços de Interm. de Cartões de Crédito Ltda.	319	.	172.035	4.728	-	2.785	(3.064)	(98)
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	86	.	15.019	-	-	486	(215)	-
Tricard Participações Ltda.	-	.	477	-	-	-	(11)	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	4.207	.	24.558	3	-	4.202	(601)	-
Demais Ligadas	-	1	14.510	-	-	-	(349)	-
Subtotal	4.731	2.778	532.063	4.858	840	7.755	(7.429)	(486)
Pessoas Físicas Ligadas								
Relacionada	-	.	68.132	.	.	.	(1.276)	.
Subtotal	-	.	68.132	.	.	.	(1.276)	.
Total	4.731	2.778	737.468	4.858	840	7.755	(11.088)	(486)

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações financeiras

		31/12/2019				30/06/2019			
Natureza de Relacionamento		Ativo		Passivo		Receitas		(Despesas)	
		Valores a Receber	Operações de Crédito	Captações	Outras Obrigações	Rendas Operações de Crédito	Receitas	Despesas de Captação	Despesas
Acionistas	Relacionada	-	-	2.483	-	-	-	(120)	-
Subtotal		-	-	2.483	-	-	-	(120)	-
Administradores e Conselho	Relacionada	-	-	113.146	-	-	-	(4.315)	-
Subtotal		-	-	113.146	-	-	-	(4.315)	-
Empresas									
Almart Administração e Particip. S.A.	Relacionada	-	-	1.166	-	-	-	(65)	-
Martins Agropecuária	Relacionada	-	-	5.009	-	-	-	(124)	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.	Relacionada	83	11.824	80.869	127	1.314	50	(1.514)	(155)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	.	7.421	-	-	-	(166)	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	.	8.227	-	-	-	(258)	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda	Controlada	47	.	12.329	-	-	294	(113)	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	.	16.557	-	-	-	(500)	-
Tricard Serviços de Interm. de Cartões de Crédito Ltda.	Controlada	376	.	162.355	5.555	-	4.385	(4.916)	(320)
Tribanco Corretora de Seguros S.A.	Controlada	86	.	9.862	-	-	643	(158)	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	.	574	-	-	-	(13)	-
Tripag Meios de Pagamento Ltda.	Controlada	1.991	.	40.257	3	-	2.451	(2.399)	-
Demais Ligadas	Relacionada	-	19	21.976	-	-	-	(561)	-
Subtotal		2.583	11.843	366.602	5.685	1.314	7.823	(10.787)	(475)
Pessoas Físicas Ligadas	Relacionada	-	.	65.011	.	.	.	(2.493)	.
Subtotal		-	.	65.011	.	.	.	(2.493)	.
Total		2.583	11.843	547.242	5.685	1.314	7.823	(17.716)	(475)

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2020 foi prevista conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2020, entre fixo e variável totalizando o montante de R\$ 15.000 (R\$ 23.380 em 2019), que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as categorias de divulgação da remuneração a empregados-chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 4.100 (R\$ 5.659 em 30/06/2019), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

25 Rendas de operações de crédito

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Empréstimos, títulos descontados e adiantamento a depositantes	180.003	200.602
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	19.876	8.785
Financiamentos	13.201	18.830
Antecipação de recebíveis	<u>4.268</u>	<u>7.304</u>
Total	<u>217.348</u>	<u>235.521</u>

26 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Operações Compromissadas	9.087	15.094
Títulos e Valores Mobiliários	2.573	5.438
Depósitos Interfinanceiros	<u>195</u>	<u>-</u>
Total	<u>11.855</u>	<u>20.532</u>

27 Despesas de operações de captações no mercado

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Depósitos a prazo	18.783	30.109
Letras Financeiras – LF	8.359	16.679
Depósitos Interfinanceiros	5.567	3.212
Letras de crédito Imobiliário – LCI	897	2.152
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito – FGC	765	772
Operações compromissadas	<u>2</u>	<u>3</u>
Total	<u>34.373</u>	<u>52.927</u>

28 Receitas de prestação de serviços

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Intercâmbio Cartões	21.822	7.638
Tarifa Interbancária	4.159	4.763
Serviço Correspondente bancário	4.065	4.678
Outras	<u>1.155</u>	<u>1.063</u>
Total	<u>31.201</u>	<u>18.142</u>

29 Rendas de tarifas bancárias

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Tarifa – Cartões	35.801	39.448
Manutenção de Contas	8.730	8.542
Liberação de Crédito	6.173	7.884
Transferências de Recursos	2.611	3.261
Cadastro	683	681
Outras	<u>2.020</u>	<u>2.160</u>
Total	<u>56.018</u>	<u>61.976</u>

30 Despesas com pessoal

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Proventos	33.857	34.500
Encargos Sociais	15.760	17.177
Benefícios	9.162	9.856
Honorários	4.100	5.659
Treinamento	1.339	714
Estagiários	47	123
Total	<u>64.265</u>	<u>68.029</u>

31 Outras despesas administrativas

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Serviços de terceiros	32.187	32.903
Serviços do sistema financeiro	17.786	9.415
Comunicações	8.565	10.261
Processamento de dados	6.812	7.917
Depreciação e amortização	6.073	6.018
Manutenção e conservação de equipamentos de informática	3.120	3.936
Serviços técnicos especializados	3.013	4.314
Transporte	2.382	3.042
Manutenção e conservação de bens	1.342	1.500
Propaganda e publicidade	925	1.102
Promoções e relações públicas	782	1.348
Viagens no País	652	1.321
Aluguéis	478	530
Contribuições filantrópicas	469	381
Viagens no Exterior	-	72
Outras	5.552	3.463
Total	<u>90.138</u>	<u>87.523</u>

32 Despesas Tributárias

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Cofins	11.089	11.249
Iss	2.631	2.591
Pis	1.802	1.828
Outras	211	292
Total	<u>15.733</u>	<u>15.960</u>

33 Outras receitas e outras despesas operacionais

a. Outras receitas operacionais

	<u>01/01/2020</u> <u>a 30/06/2020</u>	<u>01/01/2019</u> <u>a 30/06/2019</u>
Reembolso despesas cobrança	9.523	12.108
Reversão de provisão para reestruturação	6.192	-
Renda antecipação Única	2.704	588
Contingências cíveis (i)	1.829	2.191
Rendas Visa Vale Pedágio	1.576	1.661
Variação monetária ativa	509	527
Contingências trabalhistas (i)	431	3.753
Atualização depósitos judiciais	141	134
Outras rendas operacionais	2.265	516
Total	<u>25.170</u>	<u>21.478</u>

(i) Vide nota explicativa 21.

b) Outras despesas operacionais

	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019
Descontos concedidos em renegociação	10.331	2.400
Provisão nas contingências trabalhistas (i)	2.302	3.323
Perdas em ações cíveis	1.628	2.152
Provisão nas contingências cíveis (i)	1.461	3.339
Despesas operacionais bandeira	1.278	1.365
Perdas em ações trabalhistas	431	2.585
Despesas bens retomados	252	337
Provisão para contingências fiscais (i)	250	444
Multas, juros e acréscimos fiscais	226	431
Outras variações monetárias passivas	-	52
Outras	1.305	745
Total	19.464	17.123

(i) Vide nota explicativa 21.

34 Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 31/12/2019) no montante de R\$ 744, reconhecido no balanço patrimonial, para o qual o Banco realizou contribuição de 0,12% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o período o montante de contribuições do Banco junto ao Fundo Administrador atingiu R\$1.000 (R\$1.013 em 31 de dezembro de 2019).

35 Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 9,25%, sendo 8% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,25% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em Junho de 2020 foi de 14,32% (14,86% em 31 de dezembro 2019).

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	30/06/2020	31/12/2019
Nível I	339.529	348.982
Capital Principal	339.529	348.982
Nível II	80.000	80.000
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	80.000	80.000
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	419.529	428.982
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.930.548	2.887.647
RWACPAD	2.384.231	2.395.975
RWAOPAD	546.317	491.672
RBAN	13.104	16.758
Índice de Basileia (%)	14,32	14,86
Nível I (%)	11,59	12,09
Nível II (%)	2,73	2,77

36 Gerenciamento de capital e Análise de Sensibilidade

a. Gerenciamento de Capital

A estrutura e o processo de gerenciamento de capital do Banco Triângulo e suas empresas controladas são compatíveis com os requisitos definidos na Resolução CMN nº 4.557 do Banco Central do Brasil. A gestão de capital do conglomerado visa a implantação de processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição e destinados a manter o capital compatível com a RAS (Declaração de Apetite ao Risco).

As diretrizes da gestão de capital são definidas pelo Conselho de Administração, que avalia e delibera sobre a Política de Gerenciamento de Capital, cenários de estresses e limites estabelecidos para a gestão de capital, dado que, além do limite estabelecido pelo Banco Central do Brasil, o Tribanco e suas Controladas adotam um limite interno, avaliado pelo Comitê de Finanças e Riscos e aprovado pelo Conselho de Administração, para tomada de decisão de forma tempestiva, visando mitigar o risco de rompimento do limite mínimo regulatório.

O Plano de Capital do Banco Triângulo e suas empresas controladas é consistente com o Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

O Plano de Contingência é composto por 3 (três) níveis de contingências, a saber:

- Contingência Nível 1: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra após o 18º (décimo oitavo) mês da projeção;
- Contingência Nível 2: acionado caso o rompimento do limite interno ocorra dentro dos primeiros 18 (dezoito) meses da projeção;
- Contingência Nível 3: acionado caso ocorra o rompimento do limite “Mínimo Regulatório” em qualquer prazo.

Para cada nível são notificados formalmente os devidos membros, detalhando em qual horizonte de tempo a projeção de capital sofreu rompimento de seu limite. Apreciado o assunto define-se estratégias para a adequação do capital.

Os procedimentos do Plano de Contingência estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital que tem como objetivo definir diretrizes para o Gerenciamento de Capital do Banco Triângulo S.A e suas Controladas.

São realizadas periodicamente simulações dos cenários de estresse por meio de projeções, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas para determinar o impacto sobre o capital.

Além disso, são enviados periodicamente os relatórios gerenciais que são apresentados à alta administração, através dos comitês ALCO, CFR e CAC e também Conselho de Administração.

b. Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Circular 3.959/19 artigo 17, o banco realizou análise de sensibilidade sobre incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social, a análise foi realizada através do comportamento das carteiras em cenários de estresse, adotando os seguintes cenários abaixo:

Cenário 1: Cenário otimista contempla uma melhora de 9,7% na geração de receitas e com um incremento marginal de 1,1% no nível de provisionamento em relação aos parâmetros atuais para fazer face ao crescimento dos ativos de crédito.

Cenário 2: Cenário provável onde foi considerado manutenção do ritmo atual de produção e provisionamento.

Cenário 3: Cenário pessimista contempla uma queda de 5,5% na geração das receitas sobre os níveis atuais nas operações, além da majoração do cenário de provisionamento para inadimplência em 6,4% sobre a provisão atual.

	Impactos Brutos no Resultado		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Produtividade (*)	56.694	26.230	(32.313)
Provisões PCLD	(1.990)	(2.512)	(11.706)
Provisões para contingências	(2.012)	(229)	(229)

(*) contempla margem financeira e serviços, líquidos de impostos diretos

37 Outros Assuntos

No momento onde presenciamos a disseminação global da COVID-19, o mercado atravessa uma grave crise, com consequências sociais e econômicas globais.

Desde de março os colaboradores estão em Home office e chegou a atingir 100% de seu quadro trabalhando a distancia.

O Tribanco mesmo beneficiado pela atuação em segmentos de menores riscos, como farmácias, supermercados e materiais de construção, enfrenta o desafio da dependência de seu canal presencial. Com as restrições de circulação e isolamento os possíveis impactos em nossa operação deve-se a velocidade comercial com o prolongamento da pandemia, redução de taxas utilizadas e aumento da inadimplência, porém ainda não conseguimos mensurar os impactos em nossas Demonstrações.

Iniciamos uma nova forma de relacionamento priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando os esforços estratégicos em avanços culturais e comportamentais.

A instituição busca cumprir a função de fomentar os negócios dos clientes buscando minimizar os efeitos do momento global, se reinventando e trazendo soluções digitais para seus negócios.

A Diretoria vem trabalhando para flexibilizar concessões de crédito e priorizar produtos e clientes de maior relacionamento.

Conselho de Administração

Juscelino Fernandes Martins – Presidente
Marcos Matioli de Souza Vieira – Vice Conselheiro
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
João Ayres Rabello Filho – Conselheiro
Pedro Pinto Zanni - Conselheiro

Diretoria

Ricardo da Silva Batista - Presidente
José Mario Garcia Cury - Diretor
Janderson de Miranda Facchin – Diretor
Luiz Henrique das Neves – Diretor
Ricardo Tadashi Takeyama
Roberto Felix Oliveira de Souza

Contador

Eurides Nunes da Silva Júnior
CRC - 1SP 258595/O-5 "S" MG